

Exmo. Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,

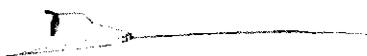
REPRESENTAÇÃO Nº. 18/2017

Secretaria-Geral da Mesa SPMO 11/SEP/2017 10:33  
Fonte: 4553 Ass.: Francisco Oriente: Lvd.

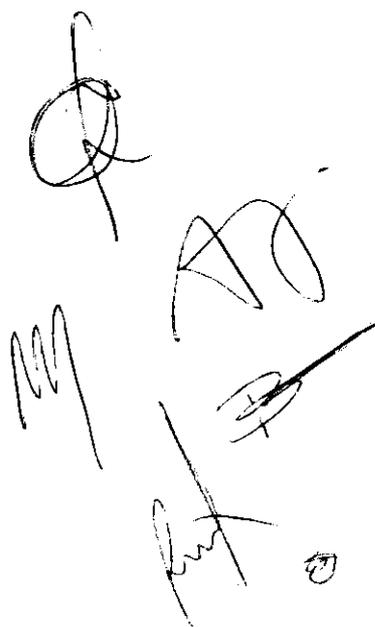
O PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT, partido político devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral – TSE e com representação no Congresso Nacional e o Deputado Federal JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SOLLA, do Partido dos Trabalhadores – PT/BA, este com endereço na Câmara dos Deputados – Anexo III – Gabinete nº 571 – Brasília/DF, vêm à presença de Vossa Excelência, o primeiro por intermédio do advogado ao final assinado, com esteio no art. 55, inciso II e §2º da Constituição Federal e art. 3º e 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, ofertar a anexa Representação em face da prática de atos em tese atentatórios ao Decoro Parlamentar, em desfavor do Senhor Wladimir Afonso da Costa Rabelo, brasileiro, Deputado Federal pelo Partido Solidariedade – SDD do Estado do Pará, para o que requerem seja ela recebida e encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, conforme determina o §3º do art. 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Pugna-se pela juntada da procuração do Representante do Partido dos Trabalhadores em 10 dias.

Termos em que  
Pede e espera deferimento.  
Brasília (DF), 05 de setembro de 2017.

  
Breno Bergson dos Santos  
OAB/SE – 4.403

  
Jorge Solla  
Deputado Federal – PT/BA



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

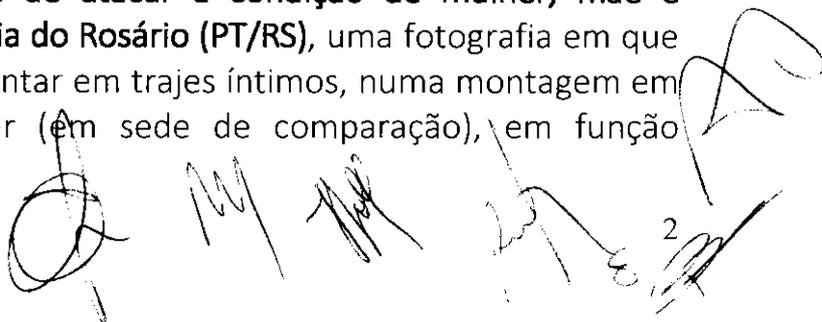
O PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT, partido político devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral – TSE e com representação no Congresso Nacional, por sua Presidente Nacional, *in fine* assinada e JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SOLLA, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores – PT/BA, com endereço na Câmara dos Deputados – Anexo III – Gabinete nº 571 – Brasília/DF, vem à presença de Vossa Excelência, com base no inciso II e §1º, do art. 55 da Constituição Federal e, ainda, com base no que dispõe o Regimento Interno e o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados ofertar

### REPRESENTAÇÃO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

Em face do Senhor Deputado Federal Wladimir Afonso da Costa Rabelo, do Partido Solidariedade – SDD do Estado do Pará (PA), tudo conforme fatos e fundamentos que passa a dilucidar.

#### I – Dos fatos.

Com efeito, no último dia 29 de agosto do ano em curso, o Parlamentar Representado usou as redes sociais, mais precisamente um grupo existente na ferramenta denominada “WhatsApp” do qual fazem parte os Deputados membros titulares e suplentes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC e, eventualmente, assessores diversos dos parlamentares, para divulgar, **com o propósito veemente de atacar a condição de mulher, mãe e parlamentar da Deputada Federal Maria do Rosário (PT/RS)**, uma fotografia em que veicula a filha adolescente da Parlamentar em trajes íntimos, numa montagem em que o Representado objetiva divisar (em sede de comparação), em função

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signatures are stylized and appear to be of various individuals, possibly related to the document's authorship or review.

educação recebida pelos pais, as trajetórias e os sucessos entre a filha da Deputada Maria do Rosário e o filho do Deputado Jair Bolsonaro, de modo a destacar o êxito deste último.

Consoante se verifica da fotografia em anexo (**doc. 1**), trata-se de uma montagem em quadro, em que de um lado se identifica uma adolescente filha da Deputada Maria do Rosário, em trajes íntimos, em fotografia retirada de seu contexto originário, em que a mesma participara de uma manifestação afirmativa de direitos das mulheres, o que, de qualquer maneira não é relevante para o deslinde da presente Representação e; no outro lado, o filho do Deputado Jair Bolsonaro, em trajes sociais, numa posição de autoridade e superioridade, com as seguintes legendas:

Acima de ambas as fotografias: “É na educação dos filhos que se revelam as virtudes dos pais”.

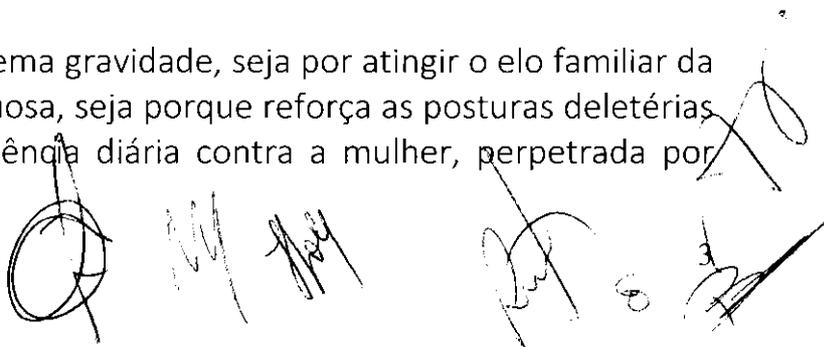
Abaixo da fotografia da Filha (em trajes íntimos) da Deputada Maria do Rosário: “Maria Laura – Filha da Deputada Federal Maria do Rosário”

Abaixo da fotografia de Eduardo Bolsonaro (em traje social, ostentando o brasão da Polícia Federal): “Eduardo Bolsonaro – Filho do Deputado Federal e Futuro Presidente do Brasil Jair Bolsonaro”.

Ao utilizar e divulgar uma fotografia da filha da Deputada, **descontextualizada de seu propósito**, o Representado violou direitos fundamentais insculpidos de maneira indiscutível no art. 5º da Constituição Federal. De um lado, o direito à intimidade, à vida privada, à imagem e a honra da adolescente (inciso X) e, de outro, objetivou desqualificar a condição de mãe e de parlamentar da Deputada Federal Maria do Rosário, ofendendo-lhe a honra e sua imagem, além de tentar submetê-la a posição ultrajante e degradante diante de seus pares e de sua própria filha.

A mesma conduta enquadra-se, em tese, no delito tipificado no artigo 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, em razão de fazer divulgação da fotografia de uma adolescente em trajes íntimos, culminando, ao fim e ao cabo, como conduta ofensiva ao decoro parlamentar.

Trata-se de ato de extrema gravidade, seja por atingir o elo familiar da Deputada ofendida de forma insultuosa, seja porque reforça as posturas deletérias de uma cultura machista e de violência diária contra a mulher, perpetrada por

The image shows several handwritten signatures and initials in black ink at the bottom of the page. There are approximately six distinct marks, including a large circular signature on the left, a series of initials in the center, and a signature on the right that appears to be 'Rafael' followed by some other characters.

peças do ambiente de convivência, no caso de âmbito funcional, de quaisquer classes sociais e, no mais das vezes, de forma covarde, inesperada, quando a vítima não está em condições de defender-se de modo eficaz.

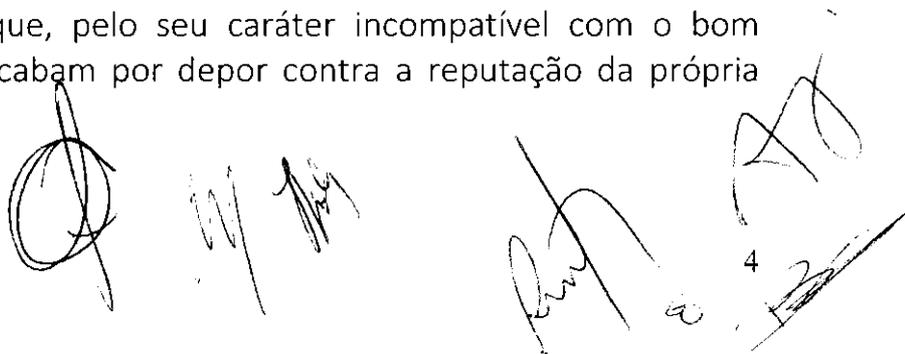
Desse modo, o Representado atacou indevidamente a pessoa da Deputada Maria do Rosário, utilizando-se, indevida e ilegalmente, da imagem de sua filha adolescente para invectivar sua condição de mãe, de parlamentar e de mulher, fazendo comparações entre filhos com o intuito de deliberadamente depreciar, diante do aludido sucesso do outro (comparado), a parlamentar vítima dessa ação nociva do Deputado Representado.

Trata-se, como se observa *prima facie*, de iniciativa ofensiva à dignidade da Deputada Federal Maria do Rosário, com o único objetivo de macular a imagem e a credibilidade dela perante a sociedade e em face das causas que defende, agravada, sem dúvida nenhuma, pela utilização indevida de uma específica imagem da sua filha adolescente.

É de conhecimento geral nesta Casa e em âmbito nacional que a deputada Maria do Rosário é uma defensora incansável dos direitos fundamentais de toda e qualquer pessoa, respeitosa dos princípios basilares da igualdade e liberdade, com trabalhos eficazes em defesa da dignidade e da convivência cidadã nesta Democracia. Nesse compasso, tem recebido o reconhecimento de sua primorosa atuação e, em contrapartida, tem sido alvo de ataques perversos de pessoas que, incapazes de atuar de forma republicana ou de obter motivos para atribuir-lhe eventual postura indevida, usam de medidas sinistras e desonrosas para atingir a sua imagem e honradez subjetiva e objetiva.

Agindo dessa forma, o Deputado Wladimir Afonso da Costa Rabelo, ora Representado, deixou de observar o necessário decoro parlamentar que informa suas altas responsabilidades perante a sociedade, a Câmara dos Deputados e principalmente entre seus pares.

Com efeito, o decoro, inobservado pelo Deputado Representado, traduz-se numa moralidade exterior, numa expressão da honradez e de auto respeito para com os Pares e a própria Casa Legislativa. A postura do representado não se enquadra em peculiaridades de personalidade de cada um, mas de comportamentos, de atitudes que, pelo seu caráter incompatível com o bom proceder de um parlamentar, acabam por depor contra a reputação da própria instituição.



4

É imperioso que se volte às lições de Aristóteles quanto à legitimação da atuação política, fundamentada no princípio de conformidade com a busca do bem comum. Incumbe ao político – homem público, no real significado do termo – estabelecer a forma como se irá traduzir para a vida prática esse princípio. Cabe ao cidadão comum conscientizar-se da importância do respeito a esses princípios, como forma de construir um Estado justo, solidário e democrático.

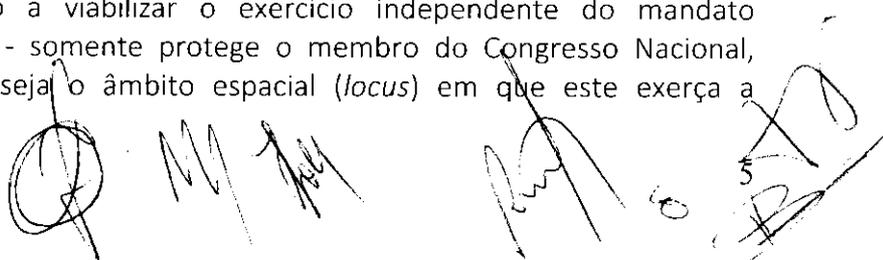
A falta de decoro parlamentar, como se verifica na hipótese desta Representação, é o ataque indevido contra uma colega, a afronta violenta ao utilizar-se da figura, em trajes íntimos, da filha adolescente da parlamentar vitimada, com o exclusivo propósito de **macular a honradez da colega e, vergonhosamente, expor a imagem da filha para instigar um julgamento moral para a sua dignidade**, expondo-a a críticas infundadas, injustas e irremediáveis, de forma inconveniente.

A ação imprudente e indecorosa do Representado exsurge ainda com maior gravidade, na medida em que a ofensa foi perpetrada utilizando-se de ferramentas das redes sociais, de modo que o ataque se espalhou como rastilho de prova, como se viu na intensa divulgação da fotografia, nos meios virtuais privados do grupo de parlamentares e na imprensa em geral, não se podendo sequer dimensionar a abrangência negativa que a divulgação proposital provocou, em afronta aos direitos constitucionais à intimidade, à privacidade, à imagem e a honra da Parlamentar vitimada e de sua jovem filha.

Ora, para que se configure a quebra do decoro, é até dispensável que o Deputado tenha praticado conduta tipificada pelo Código Penal. Basta que a conduta seja considerada, em juízo político, como indecorosa. Não abrem, pois, quaisquer paralelos que se pretenda efetuar com a tipificação e natureza penal, que possui requisitos próprios.

Não há que se falar, por outro lado, que o Representado está respaldado pela imunidade material. O Supremo Tribunal Federal já decidiu em mais de uma oportunidade que tais prerrogativas **não se estendem a palavras, nem a manifestações do congressista, que se revelem estranhas ao exercício, por ele, do mandato legislativo**. Nesse sentido, o trecho do voto abaixo:

"Garantia constitucional da imunidade parlamentar em sentido material (CF, art. 53, caput) - que representa um instrumento vital destinado a viabilizar o exercício independente do mandato representativo - somente protege o membro do Congresso Nacional, qualquer que seja o âmbito espacial (*locus*) em que este exerça a

The image shows several handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. There are approximately five distinct marks, including a large circular signature on the left, a series of initials in the center, and a signature on the right that includes a circled number '5'.

liberdade de opinião (ainda que fora do recinto da própria Casa legislativa), nas hipóteses específicas em que as suas manifestações guardem conexão com o desempenho da função legislativa (prática in officio) ou tenham sido proferidas em razão dela (prática propter officium), eis que a superveniente promulgação da EC 35/2001 não ampliou, em sede penal, a abrangência tutelar da cláusula da inviolabilidade. - A prerrogativa indisponível da imunidade material - que constitui garantia inerente ao desempenho da função parlamentar (não traduzindo, por isso mesmo, qualquer privilégio de ordem pessoal) - **não se estende a palavras, nem a manifestações do congressista, que se revelem estranhas ao exercício, por ele, do mandato legislativo.** A cláusula constitucional da inviolabilidade (CF, art. 53, caput), para legitimamente proteger o Parlamentar, supõe a existência do necessário nexo de implicação recíproca entre as declarações moralmente ofensivas, de um lado, e a prática inerente ao ofício congressional, de outro."(Inq-QO 1024 / PR - PARANÁ QUESTÃO DE ORDEM NO INQUÉRITO Relator(a): Min. CELSO DE MELLO Julgamento: 21/11/2002 Órgão Julgador: Tribunal Pleno Publicação: DJ 04-03-2005) (g.n).

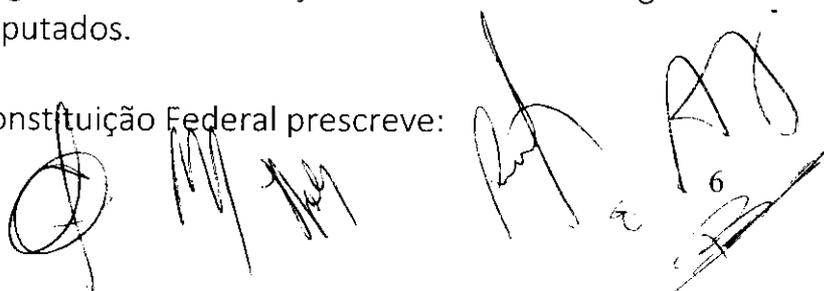
Os fatos narrados consistem em **ato intolerável e de extrema gravidade**. Nesse contexto, a ação perpetrada demanda a necessidade da adoção urgente de providências pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados em relação ao Deputado Representado, posto que existem **indícios suficientes** a ensejar procedimento de apreciação de quebra de decoro parlamentar, sendo imperativo o devido processamento da representação.

Desse modo, restam configuradas na conduta do Representado, hipóteses de quebra do decoro parlamentar, que se traduz em conduta inaceitável (ofensa à honra de colega) no âmbito da Câmara dos Deputados, devendo tal procedimento ser analisado à luz das penalidades descritas no art. 10 do Código de Ética e Disciplina Parlamentar. **É o que se requer.**

## **II – Do Direito.**

Ao desempenhar dessa forma indecorosa o relevante cargo de Representante Popular, dando azo a condutas incompatíveis com a alta relevância da missão constitucional que lhe foi outorgada, o Representado não se desincumbiu da observância dos preceitos éticos que regem a sua atividade parlamentar e, ao abusar dessas prerrogativas, indubitavelmente, incidem na hipótese do inciso II e § 1º do artigo 55 da Constituição Federal e do Código de Ética e Disciplina da Câmara dos Deputados.

O art. 55, II e §1º da Constituição Federal prescreve:



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller ones in the middle, and a signature with the number '6' on the right.

“Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

§1º. É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas”.

Por sua vez, o artigo 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar assevera:

“Art. 5º Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

II – praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III – praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara dos Deputados ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou comissão, ou os respectivos Presidentes;

X – deixar de observar intencionalmente os deveres fundamentais do Deputado, previstos no art. 3º deste Código”.

Já o mencionado art. 3º do Codex ético estatui:

Art. 3º. São deveres fundamentais do Deputado:

...

VII – tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento.

Decoro, não custa reafirmar desde logo, é comportamento, é imagem pública, é honra, é dignidade. Decoro parlamentar é obrigação de conteúdo moral e ético que não se confunde com aspectos criminais, embora deles possa decorrer.

As condutas imputadas ao Representado em nada dignificam o mandato que ele titulariza e muito menos o Parlamento, que se vê constantemente envolto com ataques da espécie, que vitima a sociedade e a democracia brasileira.

Reforça-se também a austeridade do caso frente ao preocupante cenário brasileiro de violência contra a mulher. Ora, não é para perpetrar violência que se presta o mandato parlamentar e a depreciação a que foi exposta a deputada Maria do Rosário e da sua filha nos atos perpetrados pelo representado também incidem em violência de gênero.



Desse modo, restam configuradas, em tese, nas condutas do Representado, hipóteses de quebra do decoro parlamentar, traduzidas em conduta inaceitável para um Parlamentar, devendo tal procedimento ser analisado à luz das penalidades descritas no art. 10 do Código de Ética e Disciplina Parlamentar.

### III – Do Pedido.

Face ao exposto, requer-se:

- a) o recebimento, autuação e processamento da vertente Representação perante o Colegiado dessa Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, com vistas à abertura de processo ético disciplinar, por quebra de decoro parlamentar do Deputado Wladimir Afonso da Costa Rabelo;
- b) a notificação do Representado para que responda, se lhe aprouver, a presente Representação no prazo regimental;
- c) sem prejuízo da defesa técnica, o depoimento pessoal do Representado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados;

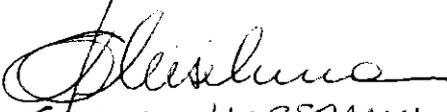
Postula-se, ao final, pela procedência da presente Representação com a recomendação ao Plenário da Câmara dos Deputados, ou à própria Comissão de Ética, das sanções cabíveis.

Termos em que  
Pede e espera deferimento.

Brasília (DF), 05 de setembro de 2017.

  
Breno Bergson dos Santos  
OAB/SE – 4.403

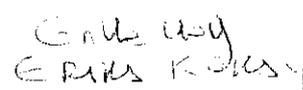
  
Jorge Soblla  
Deputado Federal – PT/BA

  
GLEISI HOFFMANN

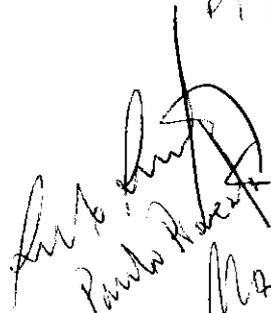
  
ANA PERCEGO PT/SP

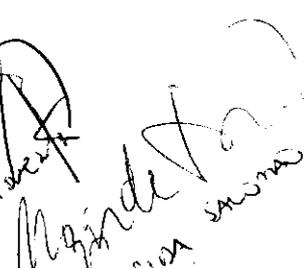
#### Documentos anexos:

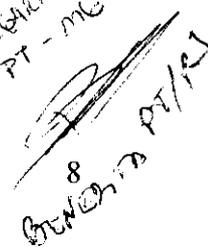
- Fotografia divulgada no grupo de parlamentares da Comissão;
- Comprovação da divulgação da imagem compartilhada nos meios de comunicação.

  
ERICK KOLESKY

PT/DF

  
Paulo Roberto

  
MARGARINA SACRAMENTO  
PT - ME

  
8  
GENIVALDO PT/RS